

SEÇÃO I: INSTRUÇÕES AOS LICITANTES

Artigo 1 ESCOPO DA PROPOSTA

Os licitantes são convidados a apresentar uma proposta para os Serviços de acordo com os requisitos especificados na **Seção V: Requisitos** e **Seção III: Condições do Contrato**, bem como o processo estabelecido nesta RFP. Um resumo do escopo da proposta está incluído em **Particularidades**.

Toda correspondência e notificação em relação a esta RFP deve ser enviada através do sistema eSourcing.

Artigo 2 INTERPRETAÇÃO DA RFP

Este convite à apresentação de propostas é um convite à apresentação de propostas, não devendo ser interpretado como uma oferta vinculativa, não devendo ser entendida como uma oferta a ser aceita ou como o estabelecimento de direitos contratuais, legais ou compensatórios.

Esta RFP é conduzida de acordo com as disposições aplicáveis do *UNOPS Procurement Manual* (a versão mais recente pode ser acessada no site do [UNOPS](#)) e outras Diretrizes Operacionais e Instruções Operacionais relevantes mencionadas no *UNOPS Procurement Manual*. Em caso de contradição entre esta RFP e o *UNOPS Procurement Manual*, o *UNOPS Procurement Manual* do UNOPS prevalecerá.

Nenhum contrato vinculativo, incluindo um contrato de processo ou outro arranjo ou acordo, existirá entre o licitante e o UNOPS, e nada relacionado a esta RFP dará origem a qualquer responsabilidade por parte do UNOPS, a menos e até que o Contrato seja firmado pelo UNOPS e o licitante vencedor.

Artigo 3 ALTERAÇÕES DA RFP

Antes do prazo para apresentação de propostas, o UNOPS pode, a seu critério, modificar os documentos da solicitação por meio de um adendo por escrito. Todos os adendos escritos nos documentos da solicitação devem fazer parte da RFP.

No caso da UNOPS alterar a Solicitação de Propostas, o UNOPS fará tais alterações por meio do sistema UNOPS eSourcing e notificará por escrito todos os licitantes que manifestaram interesse na licitação.

A fim de dar aos licitantes um tempo razoável para levar em consideração tal modificação na RFP, o UNOPS pode estender o prazo para apresentação de propostas, conforme apropriado em cada caso.

Artigo 4 ELEGIBILIDADE DO LICITANTE

Os licitantes podem ser pessoas jurídicas privadas, públicas ou estatais ou qualquer associação, incluindo uma Joint Venture ou consórcio com capacidade legal para firmar um contrato vinculativo com o UNOPS.

Um licitante, e todas as partes que o constituem, podem ter a nacionalidade de qualquer país, com exceção das nacionalidades, se houver, listadas em **Particularidades**. Um licitante será considerado como tendo a nacionalidade de um país específico se for um cidadão ou se for constituído, incorporado ou registrado e operar em conformidade com as

disposições das leis desse país.

Um licitante não deve ter um conflito de interesses. Um licitante será considerado como tendo um conflito de interesses se:

- (i) Um licitante (incluindo seus funcionários) tiver uma estreita relação comercial ou familiar com os funcionários do UNOPS ou com os funcionários do parceiro do UNOPS que contratou o UNOPS e que:
 - Estejam direta ou indiretamente envolvidos na preparação dos documentos da proposta ou no escopo dos Serviços, e/ou no processo de avaliação da proposta de tal Contrato; ou
 - Estejam envolvidos na implementação ou supervisão de tal Contrato;
- (ii) Um licitante está associado, ou foi associado no passado, direta ou indiretamente, a uma entidade ou qualquer uma de suas Afiliadas que tenham sido contratadas pelo UNOPS para fornecer serviços de consultoria para a preparação do projeto, especificações, escopo dos Serviços, outros documentos a serem utilizados para a compra para dos Serviços exigidos no presente processo de compra;
- (iii) Um licitante tem interesse em outros licitantes para a mesma atividade de aquisição, inclusive quando eles têm propriedade e/ou administração em comum. Os licitantes não poderão apresentar mais de uma proposta, exceto propostas alternativas, se permitidas. Isto resultará na desqualificação de todas as propostas em que o licitante estiver envolvido. Isto inclui situações em que uma entidade é o licitante em uma proposta e um subcontratado em outra; entretanto, isto não limita a inclusão de uma entidade como um subcontratado em mais de uma proposta. No caso de processos de compra por lotes, esta disposição se aplicará lote por lote; ou
- (iv) Um licitante não cumpre qualquer outra situação de conflito de interesses relevante para o processo de compra específico, conforme especificado no documento de solicitação.

Os licitantes devem revelar qualquer conflito de interesse real ou potencial no Anexo 0.1 [*Declaração de Apresentação da Proposta*] e serão considerados inelegíveis para este processo de contratação, a menos que tal conflito de interesses seja resolvido de forma aceitável para o UNOPS. A não divulgação de qualquer conflito de interesse real ou potencial pode levar a que o licitante seja sancionado de acordo com a [Política do UNOPS sobre sanções de fornecedores](#).

Um licitante não será elegível para apresentar uma proposta se e quando, no momento da submissão da proposta, o licitante:

- (i) Estiver incluído na Lista de Inelegibilidade, apresentado pela [UNGM](#), que agrega as informações divulgadas pelo UNOPS ([Lista de Inelegibilidade da UNOPS](#)) e outras agências, fundos ou programas do sistema da ONU;
- (ii) Estiver incluído na [Lista Consolidada de Sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas](#), incluindo a [Lista da Resolução 1267/1989 do Conselho de Segurança da ONU](#);
- (iii) Estiver incluído na [Lista de Compras Corporativas do Banco Mundial de Fornecedores Não-Responsáveis](#) e [Lista do Banco Mundial de Empresas e Indivíduos Inelegíveis](#);
- (iv) Estiver incluída em qualquer outra lista de inelegibilidade de um parceiro do UNOPS

e, em caso afirmativo, listada em **Particularidades**;

- (v) Estiver atualmente suspenso de fazer negócios com o UNOPS e removido de seu(s) banco(s) de dados de fornecedores, por outras razões que não o envolvimento em Práticas Ilícitas, conforme definido no *UNOPS Procurement Manual*;
- (vi) Não tiver participado de uma inspeção obrigatória de visita ao local ou audiência prévia obrigatória, se aplicável; ou
- (vii) Não atende a quaisquer requisitos adicionais que tenham sido estabelecidos nas **Particularidades**

Espera-se que todos os licitantes adotem os princípios do [Código de Conduta do Fornecedor das Nações Unidas](#), dado que se origina dos valores centrais do Estatuto das Nações Unidas. O UNOPS também espera que todos os seus fornecedores sigam os princípios do [Pacto Global das Nações Unidas](#). O UNOPS também solicita que todos os licitantes observem os mais altos padrões éticos durante todo o processo de proposta, bem como durante qualquer contrato que possa ser adjudicado como resultado desse processo de proposta, conforme definido mais detalhadamente no Artigo 37 [Ética e Práticas de Corrupção].

Se um licitante não tiver toda a experiência necessária para a realização dos Serviços descritos na RFP, o licitante pode apresentar uma proposta em associação com outras entidades, particularmente com uma entidade no país onde os Serviços serão realizados. No caso de uma Joint Venture, consórcio ou associação:

- (i) Todas as partes de tal Joint Venture, consórcio ou associação serão conjunta e individualmente responsáveis perante o UNOPS por quaisquer obrigações decorrentes de sua proposta e do Contrato que lhes possa ser adjudicado como resultado desta RFP;
- (ii) A proposta deve identificar claramente a entidade designada para atuar como o ponto de contato para lidar com o UNOPS. O Anexo 0.3 devidamente preenchido [*Informações sobre sócios de uma Operação Conjunta*] deve ser incluído na proposta. Tal entidade terá autoridade para tomar decisões vinculativas para a Joint Venture, consórcio ou associação durante o processo de proposta e, no caso de um Contrato ser adjudicado, durante a vigência do Contrato; e
- (iii) A composição ou a constituição da Joint Venture, consórcio ou associação não poderá ser alterada sem o consentimento prévio do UNOPS.

Artigo 5 ERROS OU OMISSÕES

Os licitantes devem notificar imediatamente o UNOPS por escrito sobre quaisquer ambiguidades, erros, omissões, discrepâncias, inconsistências ou outras falhas em qualquer parte da RFP, com todos os detalhes sobre eles.

Os licitantes não devem se beneficiar de tais ambiguidades, erros, omissões, discrepâncias, inconsistências ou outras falhas.

Artigo 6 RESPONSABILIDADE DOS LICITANTES DE INFORMAR E CONFIRMAR O RECEBIMENTO

Os licitantes serão responsáveis por se informar ao preparar sua proposta. A este respeito, os licitantes devem assegurar-se de:

- (i) Examinar e informar-se plenamente em relação a todos os aspectos da RFP, incluindo o Contrato e todos os outros documentos incluídos ou referidos nesta RFP;

- (ii) Revisar a RFP para garantir que tenham uma cópia completa de todos os documentos;
- (iii) Obter e examinar todas as outras informações relevantes para o Projeto e o escopo dos Serviços disponíveis mediante consulta razoável;
- (iv) Verificar todas as representações, declarações e informações relevantes, incluindo aquelas contidas ou referidas na RFP ou feitas oralmente durante qualquer audiência prévia, visita ao local ou discussão com o UNOPS, seus funcionários ou agentes;
- (v) Participar de qualquer audiência prévia ou visita ao local, se for obrigatório de acordo com esta RFP;
- (vi) Informar-se plenamente e satisfazer-se quanto às exigências de quaisquer Autoridades e leis relevantes que se apliquem, ou possam vir a aplicar-se no futuro, à realização dos serviços; e
- (vii) Formar sua própria avaliação da natureza e extensão do trabalho exigido em **Seção V: Requisitos** para realizar os Serviços e prestar contas adequadamente de todo o trabalho em sua proposta.

Os licitantes reconhecem e concordam que a RFP não pretende conter todas as informações relevantes em relação aos Serviços e é fornecida exclusivamente com base no fato de que os licitantes serão responsáveis por fazer sua própria avaliação dos assuntos referidos na RFP, incluindo **Seção III: Condições do Contrato**.

Os licitantes reconhecem e concordam que o UNOPS, seus diretores, pessoal e agentes não fazem representações ou garantias (expressas ou implícitas) quanto à precisão, atualidade ou integralidade desta RFP ou qualquer outra informação fornecida aos licitantes.

Artigo 7 CONTRATO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA OBRAS DO UNOPS

Os licitantes devem estar dispostos a assinar **Seção III: Condições do Contrato**, sem renúncia, ressalvas, emendas, limitações ou exclusões, caso sejam selecionados como resultado deste processo de proposta.

Artigo 8 ESCLARECIMENTOS SOBRE A RFP

Os licitantes podem solicitar esclarecimentos sobre a RFP, por meio de uma solicitação por escrito por meio da função de solicitação de esclarecimento do sistema eSourcing do UNOPS dentro do prazo indicado em **Particularidades** e depois disso os pedidos de esclarecimento não serão aceitos.

O UNOPS reunirá todos os pedidos de esclarecimentos e poderá responder por escrito a todos esses pedidos ao mesmo tempo. As respostas aos pedidos de esclarecimento devem ser enviadas através do sistema eSourcing do UNOPS.

Artigo 9 SESSÃO DE ESCLARECIMENTOS OU REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PRÉVIA

A menos que instruído de outra forma por escrito pelo UNOPS, uma sessão de esclarecimentos ou audiência prévia somente será realizada se definido em **Particularidades**, no horário e no local e de acordo com as instruções estabelecidas em **Particularidades**.

Se for definido em **Particularidades** que uma sessão de esclarecimentos ou audiência prévia será obrigatória, o licitante que não comparecer se tornará inelegível para apresentar uma proposta sob esta RFP.

Informações sobre os representantes do licitante que participarão da sessão de esclarecimentos devem ser apresentadas por escrito pelos licitantes à pessoa de contato do

UNOPS listada em **Particularidades**. As informações devem incluir o nome completo e o cargo de cada representante. Deve ser enviada pelo menos 1 (um) dia útil antes da sessão de esclarecimentos a ser realizada.

A sessão de esclarecimentos será conduzida com a finalidade de esclarecer os pontos mais relevantes dos documentos de solicitação. Os licitantes não devem confiar em qualquer informação, declaração ou representação feita na sessão de esclarecimento a menos que essa informação, declaração ou representação seja confirmada por escrito pelo UNOPS.

O UNOPS não emitirá nenhuma resposta formal às perguntas dos licitantes sobre a RFP ou o processo de proposta durante a sessão de esclarecimentos. Todas as perguntas devem ser apresentadas de acordo com o Artigo 8 [*Esclarecimentos sobre a RFP*].

O UNOPS preparará a ata da sessão de esclarecimentos e as comunicará por escrito diretamente a todos os licitantes que receberam os documentos da RFP diretamente do UNOPS caso a RFP não esteja disponível online, e/ou, se a RFP estiver disponível online, ou se, como indicado em **Particularidades**, a ata será publicada online sem revelar os nomes dos licitantes que participaram da sessão de esclarecimentos, logo após a sua realização.

Artigo 10 VISITA AO LOCAL

A menos que instruído de outra forma por escrito pelo UNOPS, uma visita ao Local será realizada somente se constar nas **Particularidades**, no horário e local e de acordo com as instruções ali estabelecidas.

Se for declarado em **Particularidades** que uma visita ao Local será obrigatória, um licitante que não compareça à visita ao Local se tornará inelegível para apresentar uma proposta para esta RFP.

Os licitantes que participam da visita ao Local serão responsáveis por:

- (i) Preparar e usar equipamento de proteção pessoal, inclusive capacetes, botas e coletes refletivos de segurança mínimos; e
- (ii) Tomar as devidas providências para obtenção dos vistos necessários para comparecer à referida visita ao local.

Antes de comparecer a uma visita ao Local, os licitantes devem emitir uma declaração de indenização e renúncia liberando o UNOPS em relação a qualquer responsabilidade que possa surgir de:

- (i) prejuízo ou dano de qualquer propriedade real ou pessoal;
- (ii) lesão pessoal, doença ou enfermidade a, ou morte de, qualquer pessoa;
- (iii) prejuízo ou despesa financeira, decorrente da realização dessa visita ao Local; e
- (iv) transporte organizado pelo UNOPS para o local (se incluído) como consequência de qualquer acidente ou atos maliciosos causados por terceiros.

A UNOPS não emitirá nenhuma resposta formal às perguntas dos licitantes sobre a RFP ou o processo de licitação durante uma visita ao local. Todas as perguntas devem ser apresentadas de acordo com o Artigo 8 [*Esclarecimentos sobre a RFP*].

Uma visita ao Local será conduzida com o propósito de fornecer apenas informações de base. Os licitantes não devem confiar em qualquer informação, declaração ou representação feita em uma visita ao Local a menos que seja confirmada por escrito pelo UNOPS.

Artigo 11 CONTEÚDO DAS PROPOSTAS ENVIADAS

As propostas devem incluir apenas um conjunto completo e datado de Anexos retornáveis, incluindo apenas as informações exigidas por cada Anexo retornável, seja preenchido no documento de Anexos retornáveis ou como apêndice ao documento, conforme o caso. Cada um dos Anexos retornáveis deverá ser assinado de acordo com o Artigo 20 [*Formato e Assinatura de Propostas*] por uma pessoa autorizada pelo licitante, a fim de torná-lo vinculativo. Anexos retornáveis são disponibilizados na **Seção VI: Anexos da Proposta**.

As propostas apresentadas devem incluir apenas as informações necessárias para serem apresentadas de acordo com a RFP.

Artigo 12 DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE E DISPONIBILIDADE

Se assim for exigido em **Particularidades**, cada Equipe Chave indicada no Anexo 4.4 [*Equipe Chave*] deve assinar uma Declaração de Exclusividade e Disponibilidade, conforme estabelecido no Anexo 0.6 [*Declaração de Exclusividade e Disponibilidade do Profissional*]. O objetivo da Declaração de Exclusividade e Disponibilidade é:

- (i) A Equipe Chave indicada na proposta não deve fazer parte de nenhuma outra proposta associada a esta RFP. Portanto, eles devem se engajar exclusivamente com o licitante.
- (ii) Cada integrante da Equipe Chave também deve se comprometer a estar disponível, capaz e disposto a trabalhar durante todo o período previsto de sua contribuição durante a implementação do Contrato, conforme indicado em **Seção V: Requisitos** e na proposta do licitante.

A seleção da proposta é baseada, em parte, na avaliação da Equipe Chave listada na proposta e o UNOPS espera, portanto, que o Contrato seja executado por esse pessoal específico. Como os documentos da solicitação indicam a data prevista para a mobilização, após o término do prazo para apresentação de propostas, o UNOPS considerará a possibilidade de substituição apenas se houver atrasos inesperados na data de início devido a circunstâncias fora do controle do licitante, ou, excepcionalmente, se a Equipe Chave estiver incapacitada por motivos de saúde, em casos de Força Maior ou por qualquer outra, circunstância que justifique a substituição e que não afete a seleção da proposta. Nem o desejo do licitante de empregar a Equipe Chave em outro projeto, nem uma mudança de opinião por parte dos membros da Equipe Chave devem ser aceitos como razões válidas para substituir a Equipe Chave.

Artigo 13 REMUNERAÇÃO E CUSTOS DE PROPOSTAS

Os licitantes não terão direito a qualquer remuneração ou compensação pela preparação e apresentação de sua proposta.

Os licitantes reconhecem que sua participação em qualquer etapa do processo de proposta para esta RFP é por conta e risco dos próprios licitantes. O UNOPS não será responsável por quaisquer custos ou despesas incorridas pelos licitantes na preparação e submissão de propostas ou participação no processo de licitação, incluindo qualquer sessão de esclarecimento ou audiência prévia ou visita ao Local.

O UNOPS não é responsável perante os licitantes por quaisquer custos, despesas ou perdas em qualquer base legal, contratual, quasi-contratual ou restituição incorrida ou sofrida em relação à RFP ou à participação dos licitantes no processo de licitação, incluindo quando:

- (i) Esclarecimentos e adendos são fornecidos ou não para os licitantes;
- (ii) Um licitante não é selecionado ou não é contratado para realizar os Serviços;
- (iii) O UNOPS varia, encerra, suspende ou atrasa qualquer aspecto do processo de proposta ou conduz outro processo em seu lugar;
- (iv) O UNOPS opta por não proceder com a RFP no todo ou em parte; ou
- (v) O UNOPS exerce quaisquer direitos previstos na RFP.

Artigo 14 PERÍODO DE VALIDADE DA PROPOSTA

As propostas permanecerão válidas para aceitação pelo UNOPS durante todo o período estipulado em **Particularidades**. Uma proposta válida por um período mais curto não será mais considerada.

Antes da expiração do período de validade da proposta, o UNOPS pode solicitar por escrito que os licitantes prorroguem a validade de suas propostas com as mesmas condições. Os licitantes que recusarem a prorrogação do prazo de validade terão suas propostas desclassificadas.

Artigo 15 PROPOSTAS PARCIAIS

Os licitantes devem apresentar uma proposta para os Serviços para todos os requisitos identificados na **Seção V: Requisitos**, a menos que seja indicado o contrário em **Particularidades**. As propostas para apenas parte dos requisitos podem ser rejeitadas, a menos que seja permitido o contrário em **Particularidades**.

Se indicado em **Particularidades** que as propostas estão sendo feitas para contratos individuais (lotes), os licitantes devem apresentar uma proposta para 100 (cem) por cento dos itens especificados para cada lote e 100 (cem) por cento das quantidades especificadas para cada item de um lote, a menos que seja indicado o contrário em **Particularidades**. Se aplicável, a metodologia de avaliação para determinar a concessão de combinações múltiplas de lotes será especificada em **Seção II: Método e Critérios de Avaliação**.

Artigo 16 PROPOSTAS ALTERNATIVAS

Os licitantes não devem apresentar mais de uma proposta por licitante nesta RFP, com exceção de ofertas alternativas, se assim previsto em **Particularidades**. Quando as condições para sua aceitação forem cumpridas, o UNOPS se reserva o direito de adjudicar um contrato com base em uma proposta alternativa.

Se nas **Particularidades** estiver declarado que propostas alternativas não serão aceitas, estas não serão avaliadas. Se um licitante apresenta mais de uma proposta:

- (i) Todas as propostas marcadas como "Proposta Alternativa" serão desclassificadas e somente a proposta marcada como "Proposta Inicial" será avaliada; ou
- (ii) Todas as propostas serão rejeitadas se nenhuma indicação for fornecida sobre qual proposta é a proposta original e qual é/são a(s) proposta(s) alternativa(s).

Artigo 17 GARANTIA DA PROPOSTA

O licitante deve fornecer uma garantia da proposta como parte de sua proposta, se exigido em **Particularidades**.

A garantia da proposta deve estar no valor e na forma especificados em **Particularidades**

e deve ser:

- (i) Na mesma moeda, conforme estipulado no Artigo 18 [*Moeda(s) da Proposta*]; e
- (ii) Válida por 30 (trinta) dias além do período de validade da proposta prescrito pelo UNOPS, de acordo com o Artigo 14 [*Período de Validade da Proposta*].

Uma proposta que não inclua uma garantia da proposta no valor e forma descritos acima pode ser rejeitada pelo UNOPS.

As garantias de propostas de licitantes malsucedidas serão liberadas/retornados o mais rápido possível, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a expiração do período de validade da proposta estipulado pelo UNOPS de acordo com o Artigo 14 [*Período de Validade da Proposta*].

As garantias de propostas de licitante(s) bem-sucedida(s) serão liberados/retornadas a eles quando o licitante firmar o Contrato, de acordo com o Artigo 33 [*Assinatura do Contrato*].

A garantia da proposta pode ser executada:

- (i) Se um licitante retirar sua proposta durante o período de validade da proposta especificado pelo licitante no Anexo 0.1 [*Declaração de Apresentação da Proposta*];
- (ii) Se o licitante bem-sucedido não assinar o Contrato de acordo com o Artigo 33 [*Assinatura do Contrato*];
- (iii) Se o licitante bem-sucedido não fornecer uma Garantia de Execução exigida pelo Contrato, se for o caso; ou
- (iv) Se o licitante bem-sucedido não aceitar a correção de erros, de acordo com o Artigo 28 [*Informalidades, Erros ou Omissões Menores*].

Artigo 18 MOEDA(S) DA PROPOSTA

Os preços na proposta devem ser cotados na(s) moeda(s) indicada(s) em **Particularidades**. Se aplicável, para fins de comparação e avaliação, o UNOPS converterá os preços das propostas em USD à taxa de câmbio oficial das Nações Unidas em vigor na época do prazo para submissão de propostas.

O UNOPS se reserva o direito de não rejeitar propostas apresentadas em uma moeda que não seja a(s) moeda(s) declarada(s) em **Particularidades**. O UNOPS pode aceitar propostas apresentadas em outra moeda que não a indicada em **Particularidades** se o licitante confirmar por escrito, durante o esclarecimento, que aceitará um contrato emitido na moeda obrigatória da proposta e que, para a conversão, será aplicada a taxa de câmbio operacional oficial das Nações Unidas do dia do prazo para a apresentação da proposta, conforme indicado em **Particularidades**. Independentemente da moeda em que a proposta for recebida, o Contrato será emitido e os pagamentos subsequentes serão feitos na moeda obrigatória citada em **Particularidades**.

As taxas nas propostas devem ser fixadas. As propostas com taxas ajustáveis serão desclassificadas, a menos que seja especificamente permitido nesta proposta ou Contrato.

Artigo 19 IMPOSTOS E TAXAS

O Artigo II, Seção 7, da Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas estabelece, inter alia, que as Nações Unidas, incluindo o UNOPS como órgão subsidiário,

estão isentas de todos os impostos diretos, exceto taxas para serviços de utilidade pública, e estão isentas de restrições alfandegárias, tributos e encargos de natureza similar em relação aos artigos importados ou exportados para seu uso oficial. Todas as propostas devem ser apresentadas no valor líquido livre de quaisquer impostos diretos e quaisquer outros impostos e taxas, a menos que especificado em contrário em **Particularidades**.

Artigo 20 FORMATO E ASSINATURA DAS PROPOSTAS

As propostas devem ser preenchidas digitalmente (digitadas) e assinadas com tinta indelével pelo licitante ou por pessoa(s) devidamente autorizada(s) a firmar um Contrato vinculante entre o Licitante e o UNOPS.

Uma proposta não deve conter entrelinhas, rasuras ou sobreposições. Se um licitante cometeu erros que precisam ser corrigidos, correções manuscritas na proposta podem ser feitas antes da submissão e/ou do prazo para submissão de propostas. Nestes casos, a pessoa que assinou a proposta deve rubricar as referidas correções.

Artigo 21 IDIOMA DAS PROPOSTAS

Todas as propostas, informações, documentos e correspondência trocados entre o UNOPS e os licitantes em relação a este processo de proposta devem estar no idioma estabelecido em **Particularidades**.

Os documentos de suporte podem ser apresentados em seu idioma original. Se tal idioma for diferente daquele estabelecido em **Particularidades**, os documentos de suporte devem ser apresentados com uma tradução dos trechos relevantes. Em qualquer caso, para a interpretação da proposta, a tradução prevalecerá. A responsabilidade pela tradução e pela precisão da mesma cabe unicamente ao licitante.

Artigo 22 PRAZO PARA A SUBMISSÃO DAS PROPOSTAS

Todas as propostas devem ser recebidas pelo UNOPS até o horário e data estabelecidos em **Particularidades**. Será de responsabilidade exclusiva dos licitantes assegurar que sua proposta seja recebida dentro do prazo para submissão de propostas. As propostas apresentadas após o prazo de submissão de propostas serão rejeitadas.

O UNOPS pode, a seu critério, prorrogar o prazo para submissão de propostas, mediante modificação dos documentos de solicitação de acordo com o Artigo 3 [*Alterações da RFP*]. Nesses casos, todos os direitos e obrigações do UNOPS e dos Licitantes que estavam sujeitos ao prazo anterior passarão a estar sujeitos ao novo prazo estendido.

Artigo 23 SUBMISSÃO DAS PROPOSTAS

Todas as propostas devem ser submetidas ao UNOPS de acordo com os requisitos estabelecidos nesta RFP.

Os licitantes devem certificar-se de não incluir nenhuma informação financeira ou de preço no envelope da proposta técnica. As propostas que não forem submetidas de acordo com as disposições estabelecidas na presente RFP serão rejeitadas.

Artigo 24 RETIRADA, SUBSTITUIÇÃO E MODIFICAÇÃO DE PROPOSTAS

Antes do prazo final para submissão de propostas, o licitante poderá retirar, substituir ou modificar sua proposta por meio do sistema eSourcing do UNOPS. No entanto, após o prazo para envio de propostas, estas devem permanecer válidas, podendo ser aceitas pelo UNOPS durante todo o período de validade das propostas.

Artigo 25 ABERTURA DAS PROPOSTAS

Um comitê de abertura de propostas¹ do UNOPS ficará encarregado de abrir as propostas no momento e local, e de acordo com as exigências aplicáveis, conforme estabelecido em **Particularidades**. Os Licitantes não deverão comparecer à abertura das propostas, a menos que especificado em **Particularidades**.

As propostas financeiras serão abertas somente para propostas que atingirem a pontuação técnica mínima, conforme especificado na **Seção II: Método e Critérios de Avaliação**.

Artigo 26 DILIGENCIAMENTO DAS PROPOSTAS

O UNOPS pode, a qualquer momento durante o processo de avaliação, solicitar por escrito esclarecimentos ou informações adicionais aos licitantes. Em suas respostas, os licitantes não deverão fazer qualquer alteração no conteúdo ou no preço da Proposta, mas apenas confirmar a correção de eventuais erros aritméticos observados pelo UNOPS na avaliação das Propostas, de acordo com o Artigo 28 [*Informalidades, Erros ou Omissões Menores*].

O UNOPS pode usar essas informações para interpretar e avaliar a proposta correspondente, mas não é obrigado a levá-las em consideração.

Artigo 27 CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

Para determinar se uma proposta é conforme, o UNOPS considerará o conteúdo da própria proposta.

Para considerar que uma proposta está substancialmente conforme, ela deve atender ou superar os requisitos estabelecidos na **Seção V: Requisitos** e obter, na avaliação técnica, a pontuação mínima estabelecida na **Seção II: Método e Critérios de Avaliação**, sem desvios, ressalvas ou omissões significativas. Serão considerados desvios, ressalvas ou omissões substantivas aqueles que:

- (i) Afetam de forma substancial o escopo, a qualidade ou o desempenho dos Serviços especificados na **Seção V: Requisitos**;
- (ii) Limitam ou conflitam materialmente com os documentos da proposta, os direitos do UNOPS ou as obrigações do Licitante nos termos do Contrato; ou
- (iii) Se no caso de retificação, afetam injustamente a posição competitiva de outros licitantes que apresentem propostas que cumprem substancialmente os requisitos.

Se a proposta não atender substancialmente aos requisitos dos documentos da proposta, o UNOPS deverá rejeitá-la e o licitante não poderá corrigir desvios, ressalvas ou omissões relevantes para tornar a proposta conforme.

Artigo 28 INFORMALIDADES, ERROS OU OMISSÕES MENORES

Desde que uma proposta seja substancialmente conforme, o UNOPS pode relevar pequenas informalidades, erros ou omissões na proposta que não constituam um desvio substantivo. Isso somente ocorrerá se as informalidades, erros ou omissões forem desvios formais menores e não substantivos que possam ser corrigidos ou dispensados sem prejuízo aos demais licitantes.

¹ Conforme estabelecido no *UNOPS Procurement Manual*, o termo “comitê de abertura de propostas” (em tradução livre) é um termo específico do setor que, sem limitação, refere-se à abertura de licitações recebidas em resposta a uma RFP e a propostas recebidas em resposta a um ITB.

Sempre e quando uma proposta cumprir substancialmente com os requisitos, o UNOPS poderá exigir ao licitante que forneça informações ou documentação necessárias, dentro de um espaço razoável, para corrigir as informalidades, erros e omissões menores presentes na proposta.

Sempre e quando uma proposta cumprir substancialmente com os requisitos, o UNOPS poderá corrigir erros aritméticos, respeitando as seguintes disposições:

- (i) se houver discrepância entre o preço unitário e o total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário deve prevalecer e o total deve ser corrigido, a menos que o UNOPS considere que há um erro óbvio na colocação de do ponto decimal no preço unitário, caso em que o total deve prevalecer conforme cotado e o preço unitário deve ser corrigido;
- (ii) e se houver erro em um total que corresponda à soma ou subtração de subtotais, prevalecerão os subtotais e corrigir-se-á o total; e
- (iii) havendo discrepância entre palavras e números, prevalecerá o valor expresso por extenso, salvo se o valor expresso por extenso estiver relacionado com erro aritmético, caso em que deverá prevalecer o valor expresso em algarismos, tendo sempre em conta o que está indicado na disposições i) e ii) acima.

Caso o licitante selecionado de acordo com os critérios de adjudicação não aceite a correção dos erros, sua proposta deverá ser rejeitada e sua garantia de suporte à proposta poderá ser executada.

Artigo 29 AVALIAÇÃO PRELIMINAR

Uma vez abertas as propostas, o UNOPS deve realizar uma avaliação preliminar para confirmar que os licitantes forneceram todos os documentos e documentação técnica exigidos pelo Artigo 11 [*Conteúdo das Propostas Enviadas*] e para determinar se cada documento apresentado está completo. Durante a avaliação preliminar, o UNOPS poderá rejeitar qualquer proposta que não atenda aos requisitos formais e de elegibilidade estabelecidos na **Seção II: Método e Critérios de Avaliação**, sem a necessidade de fazer novas consultas ao licitante.

Propostas incompletas, frívolas ou que contenham desvios materiais ou ressalvas aos termos do Contrato podem, a critério absoluto do UNOPS, ser rejeitadas ou excluídas das demais etapas do processo a qualquer momento durante a avaliação, inclusive após avaliação preliminar.

Artigo 30 CRITÉRIOS E MÉTODO DE AVALIAÇÃO

O UNOPS deverá avaliar as propostas e selecionar um licitante preferencial de acordo com a **Seção II: Método e Critérios de Avaliações** desta RFP.

Artigo 31 CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

No caso de adjudicação de um Contrato, o UNOPS deverá selecionar o licitante que tenha sido considerado elegível e qualificado, e cuja proposta obtenha a maior pontuação total na análise cumulativa, no âmbito da avaliação das propostas técnicas e financeiras, de acordo com a **Seção II: Método e Critérios de Avaliação**. O UNOPS reserva-se o direito de negociar com o licitante recomendado para adjudicação o conteúdo de sua proposta.

Artigo 32 NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Antes do término do prazo de validade da proposta, o UNOPS deverá informar por escrito ao proponente selecionado, por e-mail ou correio, que sua proposta foi aceita. É preciso ter em mente que, caso o licitante selecionado não esteja cadastrado como fornecedor no UNGM, deverá realizar o processo de cadastramento antes da assinatura e emissão do Contrato.

Artigo 33 ASSINATURA DO CONTRATO

Ao informar o licitante selecionado que a sua proposta foi aceita, e desde que o licitante esteja registrado no UNGM, o UNOPS convidará o licitante a assinar a versão final do Contrato fornecida nos documentos de licitação, que incorpora tudo o que foi acordado entre as Partes.

Artigo 34 PUBLICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO DO CONTRATO E PROCEDIMENTOS DE DEBRIEFING

O UNOPS publicará em seu [site de dados abertos](#) e/ou no [site do UNGM](#) informações sobre a(s) Ordem(ns) de Compra ou Contrato(s) concedido(s) como resultado desta RFP.

O UNOPS poderá realizar um *debriefing* a licitantes não adjudicados que enviarem uma solicitação por escrito. O pedido de *debriefing* deve ser recebido dentro de dez (10) dias corridos após os licitantes não adjudicados terem sido notificados pelo UNOPS dos resultados da licitação e é um pré-requisito para os licitantes apresentarem protestos à licitação. O UNOPS deve responder prontamente e por escrito aos licitantes não adjudicados que enviarem um pedido de *debriefing*.

Artigo 35 OUTROS DIREITOS DO UNOPS

Sujeito à avaliação preliminar da proposta, o UNOPS reserva-se o direito de não aceitar qualquer proposta, incluindo a proposta de menor preço.

O UNOPS pode, a seu exclusivo critério, tomar qualquer uma das seguintes ações:

- (i) Solicitar informações adicionais aos licitantes
- (ii) Alterar a estrutura e os prazos da RFP;
- (iii) Alterar, terminar, suspender ou adiar o processo de licitação ou qualquer parte ou atividade nele contida;
- (iv) Considerar, aceitar ou rejeitar qualquer proposta que não esteja em conformidade com os requisitos;
- (v) Solicitar, comparecer ou conduzir qualquer reunião de inspeção ou esclarecimento do Local;
- (vi) Solicitar, comparecer a ou observar qualquer produto, instalação, equipamento, instalações do licitante ou outra demonstração, julgamento ou teste, desde que o UNOPS aja razoavelmente ao fazê-lo;
- (vii) Desistir, cancelar ou interromper de maneira diversa o processo de licitação, em qualquer momento anterior à firma do Contrato, sem qualquer responsabilidade para com os licitantes e sem fornecer motivos ou aviso algum aos licitantes.

Artigo 36 CONFIDENCIALIDADE

Todas as informações e documentos fornecidos aos licitantes pelo UNOPS devem ser

tratados como confidenciais pelos licitantes e devem:

- (i) Continuar sendo propriedade do UNOPS;
- (ii) Não ser utilizados para nenhum outro fim que não seja o de preparar uma proposta; e
- (iii) Ser imediatamente devolvido ao UNOPS caso o licitante decida responder a esta RFP, ou no caso de uma proposta rejeitada ou desclassificada, dentro de 15 (quinze) dias após ter sido notificado pelo UNOPS de que sua proposta foi rejeitada ou desclassificada.

Todas as informações e documentos fornecidos aos licitantes pelo UNOPS não devem ser revelados a terceiros, exceto:

- (i) Com o consentimento prévio por escrito do UNOPS;
- (ii) Quando o terceiro estiver auxiliando um licitante na preparação da proposta, desde que o licitante tenha previamente assegurado a aderência dessa parte a esse dever de confidencialidade;
- (iii) Se as informações ou documentos são/estão no momento desta RFP legalmente na posse do licitante através de uma outra parte que não o UNOPS;
- (iv) Se exigido por lei, e desde que o licitante tenha previamente informado o UNOPS por escrito de sua obrigação de divulgar as informações ou documentos; ou
- (v) Se a informação estiver geralmente e publicamente disponível, a não ser como resultado de quebra de confiança por parte da pessoa que recebe a informação.

Artigo 37 ÉTICA E PRÁTICAS DE CORRUPÇÃO

O UNOPS exige que todos os licitantes observem o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, bem como durante toda a duração de qualquer Contrato que possa ser adjudicado como resultado desta RFP. Portanto, todos os licitantes devem representar e garantir que eles:

- (i) Não tenham obtido, ou tentado obter indevidamente, qualquer informação confidencial em relação ao processo de licitação e qualquer Contrato que possa ser concedido como resultado desta RFP;
- (ii) Não tenham conflito de interesses que os impedem de firmar um contrato com o UNOPS, e não terão interesse em outros licitantes ou partes envolvidas nesta RFP ou no projeto subjacente a esta RFP;
- (iii) Não tenham se envolvido, ou tentaram envolver-se, em quaisquer Práticas Ilícitas em relação a esta RFP ou ao Contrato que possa ser adjudicado como resultado desta RFP. Para os propósitos desta disposição, as Práticas Ilícitas são definidas no [Política do UNOPS sobre sanções a fornecedores](#), e incluem:
 - Prática corrupta: a oferta, doação, recebimento ou solicitação, direta ou indiretamente, de qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte;
 - Prática fraudulenta: qualquer ato ou omissão, incluindo uma deturpação, que, consciente ou imprudentemente, engane ou tente enganar, uma parte para obter um benefício financeiro ou outro benefício ou para

evitar uma obrigação;

- Prática coerciva: um ato ou omissão que prejudica ou danifica, ou ameaça prejudicar ou danificar, direta ou indiretamente, qualquer parte ou a propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
- Prática colusiva: um acordo entre duas ou mais partes projetadas para atingir um propósito impróprio, incluindo influenciar de forma imprópria as ações de outra parte;
- Prática antiética: conduta ou comportamento contrário ao conflito de interesses, presentes e hospitalidade, disposições pós-emprego ou outros requisitos publicados de fazer negócios com o UNOPS; e/ou
- Obstrução: atos ou omissões da licitante, que impeçam ou impeçam o UNOPS de investigar instâncias de possíveis Práticas Ilícitas.

Caso um licitante não cumpra qualquer uma das declarações e garantias acima, o UNOPS terá o direito de rejeitar a proposta apresentada por tal licitante, e de rescindir qualquer Contrato que possa ter sido adjudicado como resultado desta RFP imediatamente após notificação, sem qualquer responsabilidade por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer tipo do UNOPS. Além disso, o licitante pode ser impedido de fazer negócios com o UNOPS e qualquer outra entidade do Sistema das Nações Unidas no futuro.

Artigo 38 AUDITORIA

Qualquer licitante que participe desta RFP deverá concordar em cooperar com o Escritório de Serviços de Supervisão Interna das Nações Unidas, o UNOPS *Internal Audit and Investigations Group*, bem como com quaisquer outras unidades de investigação autorizadas pelo Diretor Executivo do UNOPS e pelo Oficial de Ética do UNOPS para investigar qualquer alegação de má conduta e, em particular, qualquer alegação de violação do Artigo 37 [*Ética e Práticas de Corrupção*], em conformidade com esta RFP ou qualquer Contrato que possa ser assinado como resultado desta RFP

Ao cooperar com o UNOPS, o licitante dará acesso ao UNOPS, mediante solicitação escrita, a todos os funcionários, representantes, agentes e cessionários, assim como a todos os documentos, registros e outros elementos que possam ser necessários para conduzir tal investigação.

A falha de um licitante em cumprir qualquer uma das declarações e garantias acima darão ao UNOPS o direito de desqualificar a proposta apresentada por tal licitante, e de rescindir qualquer Contrato que possa ter sido assinado como resultado desta RFP imediatamente após notificação por escrito, sem qualquer responsabilidade por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer tipo para o UNOPS. Além disso, o licitante pode ser impedido de fazer negócios com o UNOPS e qualquer outra entidade do Sistema das Nações Unidas no futuro.

Artigo 39 RECURSO DA LICITAÇÃO²

² Seguindo o *UNOPS Procurement Manual*, "recurso de licitação" é um termo que sem nenhuma limitação pode se aplicar a qualquer processo licitatório, incluindo a apresentação de lances para um ITB e a submissão de propostas para uma RFP.

Qualquer licitante que acredite ter sido tratado injustamente em relação a esta licitação pode apresentar um recurso ao *Director of Implementation Practices and Standards* do UNOPS através do endereço de e-mail bid.protest@unops.org. Para que o recurso de licitação seja recebido e substancialmente avaliado, o licitante deverá ter apresentado um pedido de esclarecimento, de acordo com o Artigo 34 [*Publicação da Adjudicação do Contrato e Procedimentos de Debriefing*], e deverá apresentar o recurso de licitação dentro de um prazo de 10 (dez) dias corridos após o UNOPS fornecer uma resposta ao pedido de esclarecimento. No caso improvável de o UNOPS não apresentar resposta dentro de 15 (quinze) dias corridos após o pedido do licitante, conforme o Artigo 34 [*Publicação da Adjudicação do Contrato e Procedimentos de Debriefing*], o licitante pode apresentar um recurso de licitação dentro de 10 (dez) dias corridos após o vencimento do referido período de 15 (quinze) dias corridos. Para mais detalhes sobre os recursos de licitações, consulte o *UNOPS Procurement Manual*.